



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Augusta Brito

EMENDA Nº
(ao PLP 68/2024)

Acrescente-se inciso VIII ao *caput* do art. 134; e dê-se nova redação ao parágrafo único do art. 134 do Projeto, nos termos a seguir:

“ Art. 134.....

.....

VIII – eventos sociais de forma geral.

Parágrafo único. O disposto nos incisos I, II, III e VII do *caput* deste artigo somente se aplica a produções realizadas no País que contenham **exclusivamente** obras artísticas, musicais, literárias ou jornalísticas de autores brasileiros ou interpretadas majoritariamente por artistas brasileiros.”

Acrescente-se ao Anexo X do projeto os seguintes itens:

Item	Descrição	NBS
26	Locação de bens e equipamentos em geral.	1150307
27	Bufê	171102

JUSTIFICAÇÃO

A recente Emenda Constitucional n. 132/23, que resultou da PEC 45/19, reformulou a base de tributação sobre o consumo, extinguindo tributos como ISS, ICMS, PIS, COFINS e IPI, e instituindo o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). A mencionada reforma tributária, embora seja um avanço significativo para a simplificação do sistema



tributário nacional, trouxe desafios específicos para o setor de eventos que precisam ser abordados com urgência.

A redação atual do PLP 68/2024, em seu art. 134, concede uma redução de 60% na alíquota do IBS e da CBS para determinadas atividades culturais, artísticas e de eventos, estabelecendo uma alíquota padrão esperada de 11,2%. No entanto, identificamos que os eventos sociais em geral, como casamentos, formaturas, eventos corporativos entre outros que são realizados por nossos associados não foram contemplados na lista de atividades beneficiadas, gerando um impacto negativo sobre o setor.

Logo, é imprescindível que seja adicionado um inciso ao art. 134 do PLP de modo que possa abranger os eventos sociais, inclusive aqueles não especificados de modo geral.

A inclusão desses serviços mencionados garantirá uma distribuição mais equitativa da carga tributária entre todas as atividades do setor de eventos, evitando a concentração de benefícios em apenas algumas atividades específicas.

Adicionalmente, propomos a alteração do anexo X do projeto, que trata acerca da redução de 60% da alíquota de referência ao setor de festas e eventos como, produções nacionais artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais, para incluir as indicações de serviços conforme a Nomenclatura Brasileira de Serviços (NBS), especificamente aos serviços: 1150307 - Locação de bens e equipamentos em geral e 171102 - Bufê, que são serviços importantes para a realização de quaisquer eventos e produções artísticas e/ou jornalísticas.

A inclusão desses serviços mencionados garantirá uma distribuição mais equitativa da carga tributária entre todas as atividades do setor de eventos, evitando a concentração de benefícios em apenas algumas atividades específicas.

Ressalta-se, que o setor de eventos é um grande impulsionador da economia brasileira, gerando milhares de empregos diretos e indiretos, e a tributação diferenciada contribuirá para a sustentabilidade e o crescimento do setor, beneficiando a economia como um todo.



Deve-se destacar que, embora todos os segmentos de eventos tenham sido contemplados pela legislação, os casamentos, formaturas e demais eventos sociais foram excluídos. Essa exclusão cria uma situação de desigualdade, pois uma empresa que presta serviços para eventos pode atender a diversos segmentos, mas, ao realizar serviços para casamentos, formaturas ou eventos sociais, poderá enfrentar uma tributação integral. Tal situação não seria justa com o elo da cadeia de eventos.

Ademais, os eventos culturais e artísticos são fundamentais para a promoção da cultura brasileira e o turismo, e a redução da alíquota tributária permitirá a realização de mais eventos, fomentando a diversidade cultural e o acesso da população a essas atividades.

Por fim, reduzir a carga tributária sobre o setor de eventos aumentará a competitividade das empresas brasileiras no mercado internacional, atraindo investimentos estrangeiros e consolidando o Brasil como um destino de eventos de grande porte.

Conto com o apoio dos nobres pares a aprovação desta importante Emenda.

Sala das sessões, 15 de agosto de 2024.

Senadora Augusta Brito
(PT - CE)

